



**III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

A intensificação do uso do solo e conflitos fundiários na zona costeira de Indiaroba/SE

CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS

Mestre, Instituto Federal de Sergipe – IFS

Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros - GESTAC

carlanorma10@yahoo.com.br

JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR

Doutor, Instituto Federal de Sergipe - IFS

Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros – GESTAC

wvilar@yahoo.com.br

Resumo

Ao longo do tempo histórico, o território passa por momentos de desvalorização, valorização e revalorização social e econômica que é acompanhado pelo uso e exploração de variados recursos técnicos e naturais, e da mesma forma, proporciona fenômenos geográficos de aglomeração e dispersão. O processo de ocupação da zona costeira do município de Indiaroba/SE vem sendo impulsionado nos últimos anos pela construção de materialidades geográficas que promoveram uma maior fluidez territorial, que possibilita o desenvolvimento de variadas atividades econômica nessa área. Concomitantemente a reestruturação econômica pela qual Indiaroba vem passando, emergem conflitos fundiários, uma vez a expansão do turismo e da carcinicultura promoveram uma grande valorização do solo, intensificado assim o loteamento e o cercamento de novas áreas para veraneio e construção de segundas residências, restringindo o acesso da população local a áreas onde anteriormente eram desenvolvidas atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a coleta da mangaba. Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar a intensificação do uso do solo e os conflitos fundiários que vem ocorrendo na zona costeira de Indiaroba/SE.

Palavras-chaves: zona costeira, conflitos fundiários e reestruturação econômica.

1- Introdução:

Ao longo do tempo histórico, o território passa por momentos de desvalorização, valorização e revalorização social e econômica que é acompanhado pelo uso e exploração de variados recursos técnicos e naturais, e da mesma forma, proporciona fenômenos geográficos de aglomeração e dispersão. O município de Indiaroba ao longo dos anos vem tornando-se uma área cada vez mais valorizado, pois

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

as vocações locais e as vantagens comparativas aí existentes transformaram os recursos naturais em produtos, tornando-o uma zona de múltiplos usos e diferentes conflitos fundiários e socioambientais.

Indiaroba vem passando por uma reestruturação econômica, uma vez que a expansão do turismo e da carcinicultura promoveram uma grande valorização do solo, intensificado assim o loteamento e o cercamento de novas áreas para veraneio e construção de segundas residências, restringindo o acesso da população local a áreas onde anteriormente eram desenvolvidas atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a coleta da mangaba, ocasionando assim um uso intensivo do solo e acentuando os conflitos fundiários no município.

2- Resultados e discussões:

2.1- A intensificação do uso do solo e dos conflitos fundiários na zona costeira de Indiaroba/SE

O município de Indiaroba, de acordo a classificação do GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro), faz parte do Litoral Sul de Sergipe, totalizando uma área de 313,525 km² e situa-se na porção meridional do Estado de Sergipe. A partir da segunda metade do século XX, as infraestruturas de transportes e comunicação e o desenvolvimento de atividades terciárias atraíram pessoas para Aracaju e para municípios costeiros, até então espaços praticamente vazios, que passam a apresentar as maiores densidades populacionais do Estado. No caso específico de Indiaroba, a construção de rodovias, a urbanização acentuada dos ambientes litorâneos e a presença de segunda residência têm promovido profundas transformações ambientais, territoriais e sociais.

Na segunda metade do século XX as atividades extrativas e agropecuárias continuaram predominando na estrutura produtiva do município, que com a introdução de algumas monoculturas em grandes propriedades, passa a apresentar um incremento na concentração fundiária. A superexploração da terra para o desenvolvimento de variadas atividades econômicas promoveu o desmatamento, ocasionou a erosão do solo

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

e reduziu a biodiversidade. Em Indiaroba, desde o período colonial, áreas cobertas por mata atlântica, restingas e manguezais vêm sendo destruídas, cedendo lugar a lavouras temporárias e permanentes, bem como a pastagens para o desenvolvimento da pecuária, que constitui uma importante atividade econômica no município.

Em Indiaroba, o uso do solo com pastagens evidencia a importância da pecuária para a economia, observando-se a existência de uma grande variedade de rebanhos no município, dentre os quais se destacam os bovinos, criados predominantemente de forma extensiva e destinados tanto para a subsistência quanto para fins comerciais. No município predomina a pecuária de corte, associada à lavoura do milho e a alguns cultivos de subsistência, que é desenvolvida tanto pelos grandes quanto pelos pequenos produtores, que costumam se deslocar para Estância e Umbaúba para comercializar a carne.

A pecuária leiteira é desenvolvida nas pequenas propriedades e atende ao mercado local, tendo sido verificado durante o trabalho de campo, a existência de apenas um grande produtor em Indiaroba, cujo rebanho produz cerca de 700 litros de leite por dia. No município destacam-se ainda os rebanhos ovinos, suínos e equinos, bem como o desenvolvimento da avicultura de galináceos, que apresentou um aumento significativo, ao longo dos últimos anos (Tabela 01).

Tabela 01: Produção animal do município de Indiaroba/SE, 2012-2014.

ANO	Bovinos	Suínos	Equinos	Ovinos	Galináceos
2012	10.200	450	580	1.020	109.902
2013	9.980	480	510	1.140	128.750
2014	10.469	520	500	1.320	125.252

Fonte: IBGE, Produção da pecuária em Indiaroba/SE, 2012-2014.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

No município de Indiaroba a agricultura comercial é uma atividade econômica de grande importância, apresentando diferentes níveis de modernização, uma vez que os agricultores utilizam recursos tecnológicos variados. No município, devido à viabilidade econômica e as condições climáticas favoráveis, destacam-se os cultivos permanentes da laranja e do coco-da-baía, como os que apresentam a maior produção e

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

ocupam a maior área plantada, embora também se cultive em Indiaroba a banana, o mamão e o maracujá. A laranja é o principal produto agrícola do município, tendo sido beneficiado na década de 1980 com a chegada de uma indústria de suco no município de Estância, a FRUTENE (Indústria de Frutas do Nordeste), que se destina a exportação (Tabela 02).

Tabela 02: Cultivos permanentes do município de Indiaroba/SE, 2012-2014.

ANO	Coco da baía		Banana		Laranja		Mamão		Maracujá	
	Mil frutos	Há	T	Há	T	ha	T	ha	T	ha
2012	16.812	3.087	1.440	120	45.060	3.004	816	24	1.440	180
2013	16.812	3.087	1.452	121	30.816	2.568	816	24	1.520	190
2014	16.812	3.087	1.452	121	36.252	3.021	250	10	840	105

Fonte: IBGE, produção agrícola em Indiaroba/SE, 2012-2014.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

O coco-da-baía, importante cultivo permanente em Indiaroba, é cultivado de forma extensiva, sendo comercializado *in natura* ou vendido para indústrias que beneficiam o produto. Nos últimos anos, a elevada produção deste cultivo no município não foi acompanhada pelo igual aumento da demanda, o que ocasionou uma redução no preço deste produto. Atualmente em Indiaroba o coco-da-baía é plantado em volta das propriedades ou em consorcio com a laranja e o capim de pisoteio, como uma forma de elevar a renda dos produtores, que passaram também a comercializar também o coco verde para consumo de sua água

A policultura é desenvolvida em pequenas propriedades, sobretudo nas áreas de assentamentos e nas colônias agrícolas, pela população de menor poder aquisitivo que destina parte da produção ao autoconsumo e não dispõe de recursos tecnológicos para elevar produção e a produtividade agrícola. No município a agricultura é um importante meio de subsistência e uma expressiva fonte de renda, destacando-se entre os cultivos temporários o abacaxi, o feijão e o milho, que são plantados individualmente ou em consorcio, bem como os cultivos do amendoim e da mandioca, que é de grande importância para os agricultores e concentra algumas unidades de beneficiamento do produto no município (Tabela 03).

Tabela 03: Cultivos temporários do município de Indiaroba/SE, 2012-2014.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

ANO	Abacaxi		Amendoim		Feijão		Mandioca		Milho	
	Mil frutos	ha	T	ha	T	ha	T	ha	T	Há
2012	2.860	130	156	130	171	280	7.150	550	300	250
2013	2.860	130	72	60	67	110	6.500	500	240	200
2014	660	30	72	60	66	108	3.510	270	240	200

Fonte: IBGE, produção agrícola em Indiaroba/SE, 2012-2014.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

No município o extrativismo também é uma atividade econômica importante e há muito tempo vem sendo praticado pelas catadoras de mangabas, que inicialmente coletavam o fruto em terrenos que não estavam ocupados por nenhuma atividade produtiva ou que geralmente não apresentavam um proprietário. O desenvolvimento da coleta da mangaba também era realizado em algumas propriedades com a autorização do caseiro ou até mesmo do dono das terras. Em Indiaroba, a extração da mangaba é realizada pelas catadoras em associação com outras atividades, como a coleta de crustáceos, o artesanato e o cultivo de gêneros alimentícios, a exemplo da mandioca, do milho, do feijão e da batata doce. A diversificação das atividades econômicas é uma estratégia utilizada para garantir o atendimento das necessidades da família ao longo do ano.

De acordo com Rocha (2012), até a década de 1950 a mangaba não era um produto de grande valor comercial, sendo coletada apenas para o próprio consumo das catadoras. Posteriormente, com a valorização do produto as catadoras começaram a se deslocar dos povoados para vender a mangaba nas feiras livres de municípios próximos, negociando também com alguns estabelecimentos comerciais ou com os chamados “intermediários” no próprio povoado.

Nos anos 1990 ocorrem significativas mudanças nas condições de acesso às áreas de coleta da mangaba em Indiaroba, sobretudo com o incremento dos investimentos públicos na região e com a diversificação das atividades econômicas no município, com destaque para a expansão do turismo e da carcinicultura, que promoveram uma grande valorização do solo, intensificado assim o loteamento e o cercamento de novas áreas para veraneio e construção de segundas residências.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Apesar das catadoras de mangaba dependerem do uso dos recursos naturais para sua reprodução social, ao longo dos últimos anos, com a privatização e valorização das terras, os novos proprietários vem impedindo o acesso às áreas tradicionalmente utilizadas para coleta dos frutos. Algumas catadoras de mangaba prestam serviços domésticos aos moradores das casas de veraneio, como uma forma de complementar sua renda e negociar com os proprietários o acesso às áreas de extração, tendo em vista que embora ainda existam campos conservados de mangabeira no município, vem havendo uma redução das áreas de uso comum, o que dificulta a atividade extrativista.

Assim, emergem conflitos sociais no município, que envolvem as catadoras de mangaba, os caseiros e os proprietários de terra, uma vez para estas é imprescindível o livre acesso para prática do extrativismo vegetal, que constitui um importante meio de subsistência e manutenção das suas famílias. As catadoras como não reconhecem os caseiros como responsáveis pela propriedade, constantemente entram em conflito com eles, alegando que pelo fato dos mesmos não serem os donos das terras, não podem impedi-las de ter acesso às mangabeiras.

Por outro lado, as catadoras embora reconheçam a existência de propriedades particulares, consideram que a maioria das mangabeiras nelas existentes não tem dono, pois não foram plantadas por ninguém. Desse modo, as catadoras continuam entrando nas propriedades para o exercício de suas atividades extrativas, muitas vezes sem a permissão dos donos, necessitando coletar o fruto durante a madrugada para não serem pegas.

No município os conflitos também são ocasionados pela disparidade entre o aumento do número de catadoras e a redução das mangabeiras, num contexto de ampliação da demanda do produto e das oportunidades de comercialização. Nesse contexto crescem as disputas entre as catadoras de mangabas sem terra, que não têm outro lugar para coletar, e as catadoras que coletam na área pertencente a sua família, podendo estas últimas escolher onde catar os frutos. As catadoras também divergem no que diz respeito à conservação das áreas de coleta da mangaba, pois segundo elas

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

algumas coletoras quebram as plantas e catam frutos verdes, o que aumenta o risco de diminuir a produtividade.

Atualmente, em virtude da grande valorização comercial da mangaba nos mercados regionais e de programas de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que comprava regularmente os frutos coletados, observa-se a possibilidade de auferir melhores preços com a comercialização da mangaba. Dentro dessa perspectiva, mais pessoas são estimuladas a realizar o extrativismo como atividade econômica, inclusive os donos da terra e seus caseiros que passam a comercializar a mangaba que anteriormente era coletada para consumo doméstico. Na safra de verão, de dezembro a fevereiro, quando há uma maior disponibilidade de frutos de melhor qualidade, aumenta a concorrência entre as catadoras, e entre estas e os demais coletores pelo acesso às áreas de coleta, intensificando assim os conflitos.

O extrativismo é de grande importância para subsidiar a reprodução social e econômica de algumas comunidades tradicionais, que tem seus modos de vida diretamente relacionados a esta atividade. As populações locais dependem socioeconomicamente dessa atividade, e ao desenvolvê-la, contribuem tanto para a conservação dos recursos naturais, pois tanto ajudam a conter os desmatamentos, quanto ajudam a resguardar os saberes e práticas associadas ao seu manejo. As catadoras de mangaba foram reconhecidas como um grupo culturalmente diferenciado pela Lei 7.082, de 16 de dezembro de 2010, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, que possibilita a inserção das coletoras em projetos dos governos Federal e Estadual que contemplem as comunidades tradicionais.

Segundo Rocha (2012), apenas recentemente ocorreu um aumento das iniciativas de ação coletiva e da organização social das catadoras de mangaba, que reivindicam uma identidade associada ao acesso livre aos recursos naturais nos lugares onde residem, tendo sido reconhecidas nos últimos anos como sujeitos de direitos específicos. Algumas catadoras do município são associadas ao Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), criado em 2007, que promove mobilizações e cursos de capacitação e desencadeou entre as mulheres extrativistas um processo de

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

identificação coletiva como catadoras de mangaba. Em Indiaroba existem hoje oito associações de catadoras de mangaba, destacando-se a Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI), localizada no povoado Pontal e criada em 2009, que busca desenvolver ações ecologicamente sustentáveis e que promovam o desenvolvimento socioeconômico das catadoras.

A organização social das catadoras facilitou a comercialização da mangaba no PAA, que priorizou a aquisição de frutos de membros das associações. Este programa implantado em Indiaroba promoveu uma melhor remuneração na comercialização da mangaba. A valorização da mangaba estimulou os homens, que antes só participavam quando não estavam desenvolvendo nenhuma atividade econômica, a realizarem a coleta dos frutos, o beneficiamento e o transporte dos produtos.

A compra da mangaba pelo PAA foi suspensa desde 2014, por algumas questões burocráticas relacionadas ao cadastramento das catadoras, que hoje comercializam as frutas nas feiras livres e com os atravessadores que atuam localmente e compram a mangaba por R\$ 25,00 ou R\$ 30,00 a caixa e revendem o produto por R\$ 50,00 e até R\$ 100,00. No entanto, durante o trabalho de campo, as catadoras entrevistadas afirmaram que a safra de mangaba de 2015 foi fraca, e como a demanda está grande o preço da fruta subiu bastante, acirrando a disputa pelo acesso às áreas de coleta.

Assim, algumas catadoras conseguem estabelecer uma negociação com os caseiros, dividindo os frutos da coleta, localmente conhecido como coleta de meia, ou comprando dos caseiros as mangadas coletadas nas propriedades. De acordo com as catadoras, atualmente diante da dificuldade de acesso às áreas de coleta, algumas mulheres estão se deslocando para Bahia, atravessando o rio Real, para catar a mangaba, em propriedades particulares, até mesmo sem a permissão dos donos das terras.

Diante do temor de alguns proprietários de terem suas terras expropriadas mediante a discussão da implantação de uma área de Reserva Extrativa (Resex) e da maior mobilização das catadoras de mangaba, que reivindicam um livre acesso às áreas

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

de coleta, as situações de conflito no município foram intensificadas. Os proprietários aumentaram a vigilância e o cercamento de suas terras, impedindo a entrada das catadoras de forma ostensiva e até agressiva, justamente num contexto de maior valorização e escasseamento dos frutos, tornando necessário à implantação de novos arranjos para que as catadoras tenham acesso aos frutos, uma vez que os acordos históricos entre os donos das terras e as coletoras foram quebrados.

Em 2015, foi criada a Cooperativa de Economia Solidária de Mulheres Extrativistas de Sergipe (COOPMESE), da qual as catadoras de mangaba de Indiaroba fazem parte e que vem ajudando-as a garantir a manutenção da prática do extrativismo. Esta cooperativa auxilia as catadoras na tomada de decisões coletivas para suas ações, exercitando de forma democrática a construção de projetos que buscam melhorar as condições de vida e a renda das comunidades tradicionais. Num momento de redução do acesso ao fruto e do acirramento de conflitos entre as catadoras e os proprietários em Indiaroba, a participação das coletoras na cooperativa é de grande importância para fortalecer o Movimento das Catadoras de Mangaba e a luta pela garantia do direito a terra por meio da criação da Reserva Extrativista, tendo em vista que a demarcação dessas áreas de restinga é imprescindível para reprodução econômica e social das comunidades tradicionais extrativistas.

Embora o Estado de Sergipe tenha uma das mais significativas áreas de ocorrência de remanescentes de mangabeiras do país, o desenvolvimento de atividades ligadas ao ramo turístico e imobiliário, a carcinicultura e a implantação de grandes culturas, a exemplo dos coqueirais, canaviais e pastagens têm sido as principais causas da redução da vegetação nativa. As ações de políticas públicas de infraestrutura turística, como a construção de pontes e rodovias, também promoveu o corte das mangabeiras, ocasionando profundas transformações nos campos naturais da mangaba em Indiaroba que comprometeram a manutenção dos modos de vida tradicionais.

A pesca é uma atividade de grande importância para a economia de Indiaroba, pois embora seja desenvolvida de forma artesanal, é destinada a comercialização do pescado e a subsistência de algumas famílias, que vendem o

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

excedente para gerar renda e adquirir outros produtos alimentícios, sobretudo na feira do município (Figura 10). No município predomina a pesca estuarina, existindo uma frota de canoas de madeira movidas a vela, remo e até motor de polpa, que utilizam a rede de malhar, a tarrafa, linhas com anzóis e a redinha (pequenos arrastos manuais) como equipamentos de pesca. A pesca marítima também é desenvolvida em Indiaroba, utilizando uma pequena frota de barcos de médio porte, construídos em madeira e movidos a motores mais potentes, o que permite chegar até a plataforma continental e capturar peixes de maior porte.

No município as atividades tradicionais, como a agricultura de subsistência, o extrativismo da mangaba e a pesca, vêm sendo substituídas por atividades que intensificam o uso do solo e utilizam pouca mão de obra, como os cultivos comerciais e a carcinicultura, que vem se expandindo para áreas ocupadas por manguezais, interferindo assim na configuração da paisagem local. No município, a carcinicultura é desenvolvida nas margens dos rios e canais fluviais do estuário Piauí/Real, vem sendo desenvolvida em treze propriedades que ocupam uma área de 63 ha, o que equivale a 9,65% da produção no Estado (tabela 04).

Tabela 04: Distribuição do Número de Produtores Ativos em 2004 e 2011 no município de Indiaroba/SE, com área produtiva, produção, fonte de captação de água e regularização dos empreendimentos em relação ao licenciamento ambiental.

Ano	Nº de produtores	Área (Ha)	Produção (Ton)	Fonte de captação da água		Licença ambiental	
				Estuário	Rio	Sim	Não
2004	05	52	207,25	05	-	-	05
2011	13	63	287	12	01	02	11

Fonte: CODISE 2004/ Levantamento da Infraestrutura Produtiva e dos Aspectos Tecnológicos, Econômicos, Sociais e Ambientais da Carcinicultura Marinha no Brasil, 2011.

Organização: Carla Norma Correia dos Santos, 2016.

A Tabela 04 contém dados que mostram que houve uma expansão da atividade entre os dois Levantamentos (2004 e 2011), principalmente em número de produtores e em área cultivada. A tabela demonstra ainda que no município o cultivo de camarão a fonte de captação de água utilizada é predominantemente de origem estuarina

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

e apenas um único produtor utiliza água de rios. Durante o trabalho de campo, entretanto, constatou-se que a carcinicultura atualmente é desenvolvida no município em 16 propriedades, existindo dois viveiros por empreendimento, que produzem cerca de 4,5 toneladas por ano de camarão. Em Indiaroba apenas seis propriedades possuem licenciamento ambiental, enquanto os demais aguardam o licenciamento da ADEMA, o que torna imperativo a regularização dessa situação.

A carcinicultura em Indiaroba emprega o sistema de cultivo semi-intensivo baixo, com variação da taxa de estocagem de 8 a 10 camarões/m², contando com o suporte de fertilizantes e nutrientes externos. No município a espécie cultivada é a *Litopenaeus vannamei*, conhecida como camarão cinza, observando-se uma boa adaptabilidade dessa espécie ao ambiente local e um bom desempenho de crescimento. Nos espaços onde é desenvolvida, a carcinicultura intensifica as relações sociais e promove transformações na produção e organização do espaço, uma vez que esta atividade utiliza intensivamente os recursos naturais, agredindo os ecossistemas e reduzindo a biodiversidade. Nas áreas do município onde esta atividade é desenvolvida observou-se erosão, a supressão dos manguezais e da mata ciliar para instalação de viveiros e implantação de vias de acesso, e também alterações no regime hidrológico dos rios, o que reduz o ingresso de nutrientes e gera problemas socioeconômicos para as comunidades promovendo a desestruturação das comunidades de pescadores artesanais locais.

O uso de rações e defensivos agrícolas, bem como o lançamento nos rios de resíduos químicos provenientes da lavagem dos viveiros de camarões, provocam mudanças nas características físico-químicas das águas e ocasionam sérios danos ambientais. Durante o trabalho de campo foi possível constatar que embora os proprietários aleguem realizar o tratamento dos efluentes através de canal de sedimentação, em algumas propriedades, ocorre a descarga dos efluentes dos viveiros nos estuários sem tratamento prévio.

No Povoado Pontal em Indiaroba, conforme Suzart (2015), a construção de tanques voltados para a maricultura pela empresa Lusomar, ocasionou a mortandade de

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

marisco, peixes e de alguns coqueiros, mangabeiras e cajueiros, afetando as marisqueiras e suas famílias, que tiveram dificuldade em adquirir tais produtos tanto para subsistência quanto para comercializá-lo. Nesse contexto algumas marisqueiras abandonaram suas atividades tradicionais e passaram a se dedicar a extração da mangaba, ao cultivo do coco e a trabalhar como diaristas.

A água utilizada na carcinicultura é rica em matéria orgânica e nutrientes, sobretudo o fósforo e nitrogênio, provenientes dos restos da ração utilizada nessa atividade, das fezes dos camarões e dos fertilizantes. Dessa forma, ocorre a poluição dos tanques sob a forma de matéria orgânica, que estimula a produção adicional de fitoplâncton, promovendo a eutrofização das águas, comprometendo assim sua qualidade e a alterando profundamente o ecossistema.

A Resolução nº 312, de 10 de outubro de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), proíbe a implantação de estabelecimentos de carcinicultura em áreas de manguezal. Em Indiaroba, alguns empreendimentos de carcinicultura foram instalados indevidamente em áreas de manguezal, e em virtude disto tramita no Ministério Público o Termo de Ajustamento de Conduta, para tentar regularizar esta situação.

Em Sergipe a equipe técnica e jurídica da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e do IBAMA vem regularizando a situação de centenas de criadores de camarões com atuação na atividade de Carcinicultura no Estado, que de acordo com o novo Código Florestal Brasileiro estão em situação irregular. Inicialmente foram regularizados os viveiros existentes desde 2008 e que estejam em áreas de apicum salgado e das antigas salinas. Em abril de 2014 foi criada e aprovada a Resolução 21/2014 que regulariza a atividade da carcinicultura em Sergipe. Em alguns municípios sergipanos onde a carcinicultura é desenvolvida, dentre os quais se destaca Indiaroba, foi realizado uma vistoria e um levantamento do total de viveiros existentes.

Nos últimos anos, a expansão da carcinicultura no município reduziu a quantidade de peixes, camarões e siris, ocasionando também a mortandade de caranguejos, o que segundo o prefeito do município, foi ocasionado pela supressão dos

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

mangues, pelo barulho das embarcações que transportavam os trabalhadores da Lusomar, e pela emissão dos dejetos oriundos dessa atividade. Contudo, de acordo com o gestor local, com o fechamento da Empresa de Carcinicultura Lusomar, em 2013, observou-se a volta de alguns mariscos que haviam desaparecido, como por exemplo, o camarão nativo e o siri.

A construção de viveiros de engorda modificou as áreas próximas aos estuários, uma vez que foram implantados em espaços onde anteriormente eram desenvolvidas atividades econômicas, como o cultivo do coco, a pesca e a mariscagem por parte das comunidades ribeirinhas. Em Indiaroba a carcinicultura provocou uma reorientação das atividades econômicas, tendo em vista que áreas onde antes eram desenvolvidas atividades tradicionais, estão sendo utilizadas para o cultivo do camarão, que devido ao alto valor comercial e do rápido retorno financeiro desse produto, que está apto a ser comercializado entre 3 e 4 meses.

No município, a carcinicultura possibilitou a criação de novos postos de trabalho, que vem sendo ampliados em função da sua modernização e aumento da produtividade. Contudo, como a maior parte dos empregos gerados são temporários, constatou-se que os benefícios dessa atividade para população local são poucos. O número de empregos temporários é variável a depender da área produtiva e do nível tecnológico utilizado no empreendimento.

Assim, a carcinicultura ocasionou transformações que comprometeram o potencial de produção e a garantia de ocupação e subsistência dos pescadores e marisqueiras de Indiaroba, uma vez que ocorreu uma significativa redução da rentabilidade da atividade pesqueira no município, gerando uma queda nas condições de vida da comunidade local. A carcinicultura, ao ser introduzida no município, promoveu um reordenamento do território e gerou impactos socioeconômicos, tendo em vista que impediu a entrada da população local em áreas que até então eram acessadas livremente para extração da mangaba, promovendo a expropriação de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

A expansão da atividade turística do litoral da Bahia até Sergipe foi impulsionada pela melhoria e estruturação das Rodovias SE-100 sul e SE-318, pela abertura da BA 099 (Linha Verde) e pela construção de complexos hoteleiros ao longo dessa rodovia, que tornou Indiaroba porta de entrada do estado de Sergipe. Este município está localizado na região turística do Polo Costa dos Coqueirais, contemplada pelo projeto Destinos Indutores do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 do Ministério do Turismo, e beneficiada pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

A construção da ponte Gilberto Amado em 2013, sobre o Rio Piauí, possibilitou a interligação com Aracaju, aumentando assim a dinâmica turística do município, que recebeu investimentos com o intuito de desenvolver o turismo de sol e praia, sobretudo em infraestrutura, a exemplo da pavimentação da SE 100, no trecho do povoado Convento/Pontal, que melhorou o acesso via fluvial ao povoado de Mangue Seco (Bahia).

O povoado Mangue Seco destaca-se como destino turístico, e embora esteja localizado em outro Estado, devido à proximidade geográfica, abre oportunidades de trabalho e renda para parte da população residente no município de Indiaroba, que trabalha em estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares e pousadas neste povoado. A prefeitura de Indiaroba construiu uma orla ribeirinha com bares, alguns restaurantes e um mirante as margens do rio Real, porém a atividade turística ainda é incipiente no município, apresentando maior importância econômica nos povoados Pontal e Terra Caída.

O acesso dos turistas a Mangue Seco é realizado através do povoado Pontal, situado às margens do Rio Real, que pertence a Indiaroba, o que impulsionou o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo nessa localidade, como a instalação de restaurantes, uma pousada, a comercialização de artesanato, fretamento de lanchas que realizam o traslado até Mangue Seco e o estacionamento de veículos para os turistas que se deslocam de barco para as praias da Bahia, que é disponibilizado por “flanelinhas”.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Em Terra Caída, de nome oficial Praia de São José, diante da queda da produção pesqueira o turismo foi introduzido como alternativa econômica, tendo sido realizados investimentos públicos em infraestrutura, o que favoreceu a instalação de duas pousadas de pequeno porte, Sonho Meu e Restaurante e Pousada do Ninho, bem como casas de segunda residência e veraneio. Assim, ocorreu um aumento substancial no número de visitantes que procuram este povoado, onde atualmente mais uma pousada está sendo construída. Terra Caída, situada nas margens dos Rios Cajazeiras e Piauí, hoje é considerada a principal localidade turística de Indiaroba, pois nela está localizada a praia fluvial de São José, além de ser ponto de parada de lanchas.

Atualmente, alguns restaurantes, a maioria especializado em frutos do mar, foram instalados em Terra Caída, tornando este povoado uma área para o desenvolvimento do turismo gastronômico. As embarcações que realizam passeios pelo complexo estuarino têm no Povoado Terra Caída um ponto de parada, onde é ofertado o frete de lanchas ou barcos à vela para realizar a travessia para o povoado Mangue Seco, distante trinta minutos de barco, ao preço de R\$ 120,00 para cinco pessoas, ida e volta.

A Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO) desenvolveu ações para fomentar o turismo de base comunitária neste povoado, que foi o pioneiro em Sergipe, estimulando os turistas a se hospedarem nas casas dos nativos e a degustarem, mediante ao pagamento, de pratos da culinária local preparados pelos moradores. A associação vem oferecendo à população cursos de capacitação voltados a confecção do artesanato, atuando também como gestora comunitária para diversas atividades.

O turismo de base comunitária constitui uma estratégia utilizada por algumas comunidades tradicionais para valorizar seus diferentes modos de vida e o potencial natural existente em uma localidade, podendo tanto contribuir para promover o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, quanto para ocasionar a degradação ambiental e a deterioração das condições de vida da população. No Pontal e em Terra Caída, os pescadores, as marisqueiras e as artesãs vendem seus produtos para os restaurantes e para os visitantes, gerando renda direta e indiretamente do turismo.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Estas localidades eram consideradas, até a chegada em massa dos turistas, locais de descanso e refúgio, tornaram-se espaços de maior movimentação, uma vez que com a pavimentação da Rodovia SE-100, um grande fluxo de pessoas passou a se deslocar para tais localidades.

No município não há o fomento do turismo de massa, porém já começam a ser realizadas ações visando desenvolver essa atividade e engajar a população nesse processo, a exemplo da formação de uma Comissão Comunitária de Gestão Turística (CCGT) nos povoados do Pontal e Terra Caída e da construção de um guia e roteiro turístico que foi discutido e elaborado em conjunto com a comunidade. De acordo com o gestor de turismo do município está em andamento um projeto que deverá ser executado até junho de 2016, que pretende disponibilizar o traslado de turistas do aeroporto de Aracaju até Indiaroba, onde o mesmo deverá se hospedar em pousadas, desfrutar da culinária local e assistir a apresentações culturais como quadrilhas.

O turismo é uma atividade, que de acordo com Vieira *et. al.* (2002), com grande poder de produzir e reproduzir espaços, podendo desta forma contribuir para o desenvolvimento regional. No município, a atividade turística foi impulsionada pela construção de infraestruturas complementares por meio do PRODETUR-SE e GERCO-SE, e pela edificação de materialidades geográficas, como pontes e rodovias, que possibilitou uma maior fluidez territorial e favoreceu o acesso viário as praias, promovendo a intensificação de loteamentos imobiliários e a construção de segundas residências para veraneio no Pontal e em Terra Caída, que privilegiam as classes sociais de maior poder aquisitivo.

O aumento das residências de uso ocasional em Indiaroba e a implantação de condomínios fechados e loteamentos imobiliários imprimem novas feições ao município e ocasionam a privatização de espaços que anteriormente eram de uso comum. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, o número de residências de uso ocasional aumentou de 332 em 2000 para 714 em 2010, demonstrando uma crescente valorização do solo e um reordenamento do território, com a construção de

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

casas de veraneio e a implantação de três condomínios fechados e de alguns loteamentos imobiliários.

Tal situação evidencia a consolidação de atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, como os empreendimentos imobiliários que elevam demasiadamente o preço da terra e estão na base da explicação de vários tipos de conflitos socioambientais. Nesse contexto, a expansão da atividade turística em Indiaroba elevou o preço dos terrenos, observando-se uma crescente especulação imobiliária que provocou a “expulsão” de parte da população local, que passou a ocupar espaços interiores do município, distantes do litoral e das áreas de onde retiram seu sustento, promovendo a desterritorialização da população local e reforçando uma estrutura fundiária historicamente concentrada.

Diante do incremento da atividade turística, o município de Indiaroba passou por uma reestruturação produtiva, uma vez que houve a ampliação do subemprego e parte da população local deixou de desenvolver atividades rurais tradicionais e passou a trabalhar como diaristas, domésticas, vigilantes, caseiros, dentre outros. Essas novas atividades, em geral foram desenvolvidas concomitantemente às atividades tradicionais e aproximaram a população nativa dos turistas, gerando assim uma sobreposição de cultura e costumes que transformou os modos de vida e as tradições locais. Os hábitos e estilos de vida dos novos moradores e visitantes passaram a ser desejados e copiados pela população local, gerando novas territorialidades que são influenciadas e manifestam-se nas ações dos indivíduos e grupos sociais.

A construção de algumas dessas segundas residências restringem o acesso da população local as praias e estuários, ocasionando tanto impactos sociais quanto econômicos, pois pescadores, marisqueiras e catadoras de mangaba encontram dificuldade em adentrar em espaços que eram públicos para retirar seu sustento e de suas famílias. Assim, atividades relacionadas ao lazer e a construção civil, passam a ocupar espaços onde até pouco tempo eram desenvolvidas atividades tradicionais como a pesca e o extrativismo.

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

Em geral, tais residências costumam obedecer a estruturas urbanas convencionais, incompatíveis com a elevada fragilidade ambiental desses espaços, ocasionando assim a supressão da vegetação de mangue, a deposição de efluentes, a destinação irregular de resíduos sólidos em lixões, a ocupação indevida das margens dos rios e a apropriação de áreas de preservação permanente, como os campos de dunas e manguezais, gerando ou ampliando os conflitos ambientais. Indiaroba não dispõe de uma rede de esgotamento sanitário, apresentando uma infraestrutura de saneamento precária e serviços de água e coleta de lixo insuficientes, que se mostram incompatíveis ao incremento populacional que o município vem apresentando, sobretudo no final de semana e durante o período de férias.

O desenvolvimento do turismo no município ainda é incipiente, demonstrando a necessidade de capacitação da população e o estabelecimento de parcerias para alavancar esta atividade, que dessa forma poderá constituir uma alternativa para geração de emprego e renda para a comunidade local. A valorização dos recursos naturais como atrativo aos turistas também poderá contribuir para conscientizar a população sobre a necessidade da preservação ambiental e da manutenção das tradições e dos valores culturais existentes nessa área.

No entanto, o desenvolvimento da atividade turística sem um planejamento ambiental efetivo reconfigura os espaços litorâneos e ocasiona sérios danos naturais e sociais. Nesse sentido, o poder público desempenha um papel fundamental neste processo, ao planejar e executar ações direcionadas ao turismo que podem contribuir tanto para disciplinar essa atividade, quanto para promover o desenvolvimento social e socioeconômico em Indiaroba, sem comprometer a proteção ao meio ambiente.

3- Considerações Finais

A ocupação do território em Indiaroba com atividades como o turismo e a carcinicultura contribuiu para o processo de valorização das terras desse município, decorrente da presença de fazendas voltadas ao cultivo do camarão, de empreendimentos imobiliários e de segundas residências, que induzem a população

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

local a vender suas casas localizadas na zona costeira e migrar para áreas menos valorizadas e carentes de infraestrutura, o que implica na perda dos laços de vizinhança e manutenção das manifestações culturais.

Tais atividades ao serem introduzidas no município ocasionaram um reordenamento do território e desestruturaram os sistemas sócios produtivos locais, tendo em vista que impediram a entrada da população autóctone em áreas que até então eram acessadas livremente, promovendo a expropriação de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho. Em Indiaroba povoados e vilas costeiras que conservavam suas tradições culturais e que estavam articulados apenas a áreas vizinhas, o que expressa às horizontalidades, vem recebendo investimentos públicos e privados para atrair empreendimentos turísticos e imobiliários, inserindo-os em uma nova realidade em que predominam as verticalidades, integrando essa uma parcela dessa região ao mercado mundial.

Os projetos e programas de desenvolvimento regional são planejados fora do contexto local e regional e visa atender interesses externos, desconsiderando geralmente as necessidades da população que ali vive. Desta forma, a interação de lógicas endógenas e exógenas, produzem espaços diferenciados onde emergem conflitos de dimensões sociais, fundiária, econômica, cultural e ambiental, que são impulsionados por interesses antagônicos de agentes públicos e privados que por vezes dificultam a inserção da população local no mercado de trabalho e comprometem suas condições de vida.

A expansão da carcinicultura e da atividade turística promoveu um novo modelo de desenvolvimento em áreas que até recentemente tinham sua economia baseada em atividades tradicionais como a pesca, a agricultura, a pecuária e o extrativismo. Assim, em um contexto regional empobrecido, emergem enclaves de riqueza num espaço carente de infraestruturas, serviços e pessoal qualificado para satisfazer as demandas decorrentes de novas atividades econômicas.

4- Referências bibliográficas



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 5 – Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios

ROCHA, Maria Margarette Lisboa. **Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba (*hancornia speciosa gomes*) no povoado Pontal/Sergipe.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SUZART, Emanuele Maria Leite. **Entre a terra firme e a terra molhada:** reprodução social das marisqueira/catadoras de mangaba do povoado Pontal, SE. 2015. 122 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.

VIEIRA, Lício Valério Lima; FONTES, A. S.; JORGE, Marco Antonio; QUEIROZ, Bianca Dourado; BARROS, Mateus de Sá Barreto. **Turismo Sustentável no Litoral Sul de Sergipe:** Zoneamento e Impactos Ambientais e Associados. In: IV Semana de Pesquisa da Unit, 2002, Aracaju, 2002.